



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Política Social: fundamentos histórico-teóricos, análise, avaliação e financiamento

Determinantes sociais da (in)segurança alimentar e nutricional na classe trabalhadora brasileira

Raissa Aparecida de Moura Drago¹

Resumo: Este artigo analisa os determinantes sociais da Insegurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil, compreendendo a fome como resultado das desigualdades estruturais do capitalismo dependente. A pesquisa contrapõe o conceito de segurança alimentar ao modelo do agronegócio, orientado à exportação de commodities. Com base em dados do Ipea e IBGE, examina a evolução da insegurança alimentar e sua relação com as políticas públicas das últimas décadas. Destaca o contraste entre o fortalecimento das políticas sociais, que retirou o Brasil do Mapa da Fome em 2014, e as medidas de austeridade adotadas após 2016, responsáveis pelo aumento da pobreza e da fome.

Palavras-chave: insegurança alimentar; capitalismo dependente; classe trabalhadora; políticas públicas; agronegócio.

Social determinants of food and nutritional (in)security in the Brazilian working class

Abstract: This article analyzes the social determinants of Food and Nutritional Insecurity (FNI) in Brazil, understanding hunger as a result of structural inequalities within dependent capitalism. The study contrasts the concept of food security with the agribusiness model focused on commodity exports. Based on data from Ipea and IBGE, it examines the evolution of food insecurity and its relationship with public policies over recent decades. The article highlights the contrast between the strengthening of social policies, which led Brazil to leave the UN Hunger Map in 2014, and the austerity measures adopted after 2016, which increased poverty and hunger.

Key-words: food insecurity; dependent capitalism; working class; public policies; agribusiness.

1. Introdução

A fome é a manifestação mais aguda da desigualdade social e um mal histórico que acompanha a própria formação socioeconômica do Brasil. Longe de ser consequência de fatalidades climáticas, do determinismo geográfico ou de escassez natural, a privação de alimentos é um fenômeno eminentemente político, econômico e social. Como pioneiramente denunciou e teorizou Josué de Castro (2008), a fome é uma criação humana, resultado direto das formas de organização da sociedade, da má distribuição de riquezas e da exploração do homem pelo homem.

Este artigo, derivado de um Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), tem como objetivo central analisar os determinantes sociais da (In)Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que incidem tragicamente sobre a classe trabalhadora brasileira. Parte-se da premissa de que a fome e

¹ raissadrago@id.uff.br

a insegurança alimentar são expressões inerentes da "questão social", indissociáveis da lei geral de acumulação do modo de produção capitalista e, mais especificamente, da via prussiana de desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro.

Paradoxalmente, o Brasil figura de forma hegemônica no cenário internacional como um dos maiores produtores e exportadores de *commodities* agropecuárias do mundo, acumulando safras recordes ano após ano. Simultaneamente, o país convive com milhões de indivíduos em situação de fome e insegurança alimentar. Para desvendar essa flagrante contradição, é imprescindível superar as aparências fenomenológicas e analisar a estrutura de poder, a propriedade da terra e os direcionamentos do Estado brasileiro nas últimas décadas.

A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, de natureza qualitativa, ancorada em revisão bibliográfica e documental. O aporte teórico-metodológico é o materialismo histórico-dialético, que permite apreender a realidade em sua totalidade, historicidade e contradição. A partir desse referencial, o texto aborda a mercadorização do alimento, a conformação da questão agrária, a interseccionalidade (classe, raça e gênero) da fome e, de maneira aprofundada, a análise crítica das políticas governamentais recentes de combate à fome no Brasil — abarcando seus limites, contradições e o recente processo de desmonte neoliberal.

2. A questão agrária, o agronegócio e os determinantes da (in)segurança alimentar

Para compreender a (in)segurança alimentar contemporânea, é imperativo conceituar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) não apenas como a mitigação assistencialista da fome aguda, mas sim como a realização do direito universal ao acesso regular, permanente e irrestrito a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para a plena emancipação humana e social (VASCONCELOS, 2008; FAO, 2014).

A efetivação dessa SAN, contudo, esbarra frontalmente na estrutura fundiária histórica do Brasil. A concentração de terras, institucionalizada desde o Império, se modificou no século XX através de um projeto de "modernização conservadora" e da chamada "Revolução Verde". Sob o falso pretexto de erradicar a fome mundial através da tecnologia, esse modelo exigiu a adesão obrigatória a "pacotes tecnológicos" monopolizados (sementes, maquinário e agrotóxicos), o que inviabilizou financeiramente milhões de pequenos produtores. Isso gerou um êxodo rural sem precedentes e transformou a terra em um ativo financeiro de altíssima rentabilidade especulativa para o grande capital (WACHEKOWSKI et al., 2021; DELGADO, 2005; MARX, 2013).

Dessa forma, hegemonizou o moderno agronegócio: um setor primário-exportador altamente capitalizado e diretamente ligado ao sistema financeiro internacional, focado quase que exclusivamente na produção em larga escala de commodities (como soja e milho). Nessa lógica comercial estrita, a produção de alimentos in natura essenciais para a cesta básica nacional (arroz, feijão, mandioca) foi negligenciada pelas macropolíticas oficiais, ficando seu imenso fardo a cargo majoritariamente da agricultura familiar, que paradoxalmente detém a menor parte do crédito e das terras do país (DELGADO, 2005; WACHEKOWSKI et al., 2021; VALADARES, 2022).

Esse modelo agroindustrial excludente também deturpa a qualidade do alimento por conta de sua extrema dependência de venenos, transformando o Brasil em um dos líderes globais no consumo de agrotóxicos. Essa contaminação química generalizada afeta de maneira profunda e letal os trabalhadores rurais durante o manuseio direto nas lavouras e, em um segundo momento, atinge massivamente a classe trabalhadora urbana, que é forçada a consumir mercadorias com altos índices de toxicidade, desencadeando graves agravos à saúde pública e desrespeitando o pilar sanitário da Segurança Alimentar (STOPPELLI; MAGALHÃES, 2005; WACHEKOWSKI et al., 2021).

Dessa forma analítica, fica evidente que a insegurança alimentar contemporânea não deriva de um déficit técnico-produtivo, afinal, o agronegócio exibe orgulhosamente safras recordes a cada ano. A fome endêmica e a contaminação são, na verdade, os sintomas inegáveis de um sistema capitalista onde o alimento perdeu o seu valor de uso originário (nutrir vidas) para assumir, exclusivamente, a forma fetichizada de mercadoria internacional, tornando-se inacessível às parcelas populacionais despossuídas e alienadas dos meios de produção (VASCONCELOS, 2008; MARX, 2013; WACHEKOWSKI et al., 2021).

3. Raça, classe e as desigualdades estruturais

Qualquer análise séria sobre os determinantes da Insegurança Alimentar na classe trabalhadora precisa ser epistemologicamente atravessada pela intersecção entre classe e raça. Embora a fome tenha contornos geográficos nítidos (Norte e Nordeste), ela possui, sobretudo, marcas inconfundíveis de cor da pele herdadas diretamente do nosso período colonial e escravista (THEODORO et al., 2008).

O racismo estrutural atua como peça-chave na manutenção e reprodução das desigualdades socioeconômicas. A abolição da escravidão ocorreu sem políticas de integração, com o Estado brasileiro negando deliberadamente à população negra recém-liberta o acesso à propriedade da terra, à educação formal e à cidadania plena para perpetuar as hierarquias de poder (THEODORO et al., 2008; DELGADO, 2005).

As políticas republicanas subsequentes serviram apenas para consolidar essa marginalização, refletindo-se concretamente na atual divisão sociotécnica do trabalho: a população negra compõe a absoluta maioria do exército industrial de reserva, confinada aos postos mais degradantes, informais e mal remunerados do mercado (THEODORO et al., 2008; MARX, 2013).

Como a capacidade de adquirir alimentos depende quase exclusivamente do montante de renda auferido pelo trabalho, essa inserção precária torna a população negra estruturalmente mais exposta à fome. Em períodos de crises e choques inflacionários, os lares monoparentais chefiados por mulheres negras nas periferias são os primeiros a experimentarem restrição severa de refeições, comprovando materialmente que a privação alimentar acompanha fielmente a hierarquia racial e de gênero no país (THEODORO et al., 2008; VALADARES, 2022; PENSSAN, 2022).

4. A fome e o estado: análise longitudinal dos dados e políticas públicas

A análise detida da evolução dos indicadores oficiais de Insegurança Alimentar no Brasil requer a observação minuciosa dos movimentos do Estado perante a macroeconomia e as políticas sociais nas últimas duas décadas. O cruzamento de dados do IBGE e análises do Ipea (POF) permite delimitar a história social recente em dois ciclos antagônicos: a montagem de um sistema de segurança alimentar produtivo e distributivo (2003-2014) e, em seguida, uma abrupta regressão institucional caracterizada pela austeridade fiscal extrema e pelo estrangulamento da proteção social (2016 em diante) (VALADARES, 2022; IBGE, 2020).

4.1. A Construção da Proteção Social e a Saída do Mapa da Fome (2003 - 2014)

O início dos anos 2000 marcou, inegavelmente, uma inflexão político-institucional de grande relevância no trato do Estado brasileiro com a pobreza absoluta. A partir de 2003, o enfrentamento sistêmico à fome foi alçado à condição de política pública prioritária, impulsionado pelas lutas sociais e pelo fortalecimento de espaços

democráticos de controle e participação popular. O Estado passou a reconhecer o acesso à alimentação não como caridade assistencialista, mas como um direito humano inalienável (VASCONCELOS, 2008; DELGADO, 2005). Essa nova diretriz iniciou-se com a formulação de políticas unificadas de transferência condicionada de renda — como o Programa Bolsa Família —, que garantiram, no curtíssimo prazo, que dezenas de milhões de lares precarizados ultrapassassem a linha da miséria e pudessem adquirir alimentos básicos, reativando as microeconomias periféricas (VALADARES, 2022; DELGADO, 2005).

Contudo, o entendimento estratégico de que a transferência monetária isolada seria insuficiente para blindar o país contra crises de abastecimento levou à estruturação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Essa lógica de intersectorialidade vinculou os orçamentos de assistência social às vitais políticas de fortalecimento agrário (FAO, 2014). Ocorreram avanços na dinamização da agricultura familiar camponesa através de políticas institucionais inovadoras de fomento, destacando-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a reestruturação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esses programas utilizaram o poder de compra do Estado para adquirir produtos diversificados diretamente das pequenas lavouras a preços pré-garantidos, permitindo a formação de estoques públicos reguladores e garantindo segurança financeira para o camponês permanecer produzindo (VALADARES, 2022; IBGE, 2020).

Essas diretrizes contínuas de aquisição estatal de alimentos saudáveis, atreladas a uma política macroeconômica deliberada de ganho real do salário mínimo acima da inflação e à expansão vertiginosa do emprego formal, geraram um forte impacto positivo nas estatísticas domiciliárias. A prevalência nacional da Insegurança Alimentar Grave despencou de forma progressiva e sustentada ao longo de uma década inteira, culminando, no histórico ano de 2014, no reconhecimento internacional da ONU de que o Brasil havia superado o flagelo endêmico da fome (FAO, 2014; VASCONCELOS, 2008; VALADARES, 2022).

4.2. A Ruptura Institucional, o Neoliberalismo e o Ponto de Inflexão (2016 - 2018)

Os positivos avanços na garantia da ingestão calórica da população demonstraram sua latente fragilidade estrutural diante das engrenagens insaciáveis da crise capitalista internacional (MARX, 2013). A partir de meados da década de 2010, a contração econômica global abriu caminho para uma guinada político-institucional

profunda que instaurou no poder central uma coalizão devotada à ortodoxia neoliberal mais estrita. O principal instrumento jurídico dessa nova ordem foi a fixação constitucional de um limite inflexível para os investimentos do Estado (através da Emenda Constitucional nº 95), operando um desfinanciamento agressivo e imediato nos programas de fomento agrário e assistência básica, estrangulando o fluxo de renda na base da pirâmide independentemente do crescimento demográfico (VALADARES, 2022; DELGADO, 2005).

O impacto nefasto desse choque contracionista na nutrição do trabalhador foi atestado de forma contundente pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE referente ao biênio 2017-2018. A curva histórica de mitigação da insegurança alimentar (iniciada em 2004) foi interrompida de forma vertiginosa e revertida (IBGE, 2020; VALADARES, 2022). Ao dissecar as características das maiores vítimas desse retrocesso, revela-se um paradoxo cruel: o desmonte atingiu de modo ainda mais acentuado a população da zona rural. A asfixia deliberada nas compras públicas de alimentos e a suspensão drástica de subsídios destruíram a viabilidade econômica da agricultura camponesa de subsistência, atirando as famílias que plantam a comida nacional na mesma penúria das periferias urbanas, com ênfase esmagadora sobre domicílios liderados por mulheres negras (THEODORO et al., 2008; VALADARES, 2022).

Para além do corte nos investimentos diretos aos pequenos produtores, a política neoliberal promoveu o deliberado desmanche das estruturas públicas reguladoras de preço. Ao zerar fisicamente os estoques estratégicos de grãos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o governo abdicou da capacidade soberana de interferir para baixar o valor da cesta básica. Consequentemente, itens diários e fundamentais, como o feijão e o arroz, ficaram à mercê da especulação financeira mercantil e da inflação dolarizada ditada pelo agronegócio exportador (VALADARES, 2022; WACHEKOWSKI et al., 2021).

4.3. Pandemia, Silenciamento Social e o Retorno da Fome Aguda (2019 - 2022)

A desconstrução macroeconômica diagnosticada em 2017/2018 transformou-se em um escancarado plano administrativo explícito com a mudança de gestão no governo federal no início de 2019. Ocorreu a supressão jurídica sumária dos conselhos participativos nacionais, especialmente o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), neutralizando a capacidade da sociedade civil de exercer controle sobre as

estratégias de abastecimento (VALADARES, 2022). Esta deterioração orçamentária antecedeu o desastre sanitário e cruzou-se tragicamente com a brutal precarização dos vínculos laborais implementada anos antes. Quando a pandemia global de Covid-19 eclodiu em 2020, encontrou a classe trabalhadora atirada na informalidade absoluta da "uberização", aniquilando a possibilidade de sobrevivência alimentar das famílias forçadas ao confinamento (PENSSAN, 2022; VALADARES, 2022).

É um grave erro de análise sociológica creditar a explosão em espiral da fome entre 2020 e 2022 exclusivamente ao vetor biológico da pandemia. Na verdade empírica dos dados, a emergência viral funcionou meramente como um catalisador de um processo profundo de empobrecimento endêmico já desenhado pelos cortes orçamentários sistêmicos aplicados de forma implacável nos anos anteriores (VALADARES, 2022; IBGE, 2020). Enquanto os precarizados trabalhadores urbanos contavam moedas escassas para rações insuficientes, o complexo rentista do agronegócio utilizou a desvalorização da moeda local para escoar lucrosamente quase toda a sua safra ao mercado externo asiático e europeu. Isso consolidou o modelo concentrador bizarro em que a exportação prospera de forma diretamente proporcional à escassez angustiante no mercado interno (WACHEKOWSKI et al., 2021; VALADARES, 2022).

A tradução estatística desse arranjo político foi de proporções calamitosas. Mapeamentos metodologicamente rigorosos da Rede PENSSAN realizados entre 2021 e 2022 revelaram que dezenas de milhões de cidadãos foram repentina e violentamente reinseridos na trágica categoria de Insegurança Alimentar Grave (Fome), suprimindo em poucos anos todas as conquistas emancipatórias erguidas no século XXI. Observa-se que a reinstauração generalizada da fome atua como um poderoso dispositivo disciplinador biopolítico no interior do capitalismo periférico. Uma massa desesperada submete-se a jornadas de trabalho extenuantes e valores salariais degradantes, permitindo a recomposição acelerada das taxas de lucro das elites econômicas, que se utilizam da fome como ferramenta de exploração (VASCONCELOS, 2008; MARX, 2013; VALADARES, 2022).

5. Considerações finais

A investigação dos determinantes sociais revela que a fome não é uma anomalia climática, mas uma ferramenta estrutural de controle e subjugação sociopolítica da classe trabalhadora no capitalismo periférico (CASTRO, 1984; VASCONCELOS, 2008; MARX, 2013). O modelo agrário dependente pretere vidas locais em favor de dividendos

estrangeiros. Essa lógica de exportação irrestrita expulsa o camponês e patrocina uma agressão sanitária ao envenenar os alimentos urbanos com os agrotóxicos inerentes ao agronegócio (DELGADO, 2005; STOPPELLI; MAGALHÃES, 2005; WACHEKOWSKI et al., 2021).

A análise longitudinal prova uma causalidade direta entre as decisões de Estado e a fome. O contraste entre a vitória contra a fome em 2014, calcada em políticas intersetoriais, e a regressão impulsionada pelo torniquete fiscal neoliberal pós-2016 demonstra que a verdadeira Segurança Alimentar exige orçamentos estatais robustos (VALADARES, 2022; IBGE, 2020). A celeridade com que 33 milhões de brasileiros retornaram à desnutrição evidencia a fragilidade de proteções que não rompem com a acumulação do capital. Ao vitimar majoritariamente lares chefiados por mulheres negras e moradores rurais, a atual crise atesta que a letalidade racista continua sendo o principal definidor de quem padece de fome no Brasil (MARX, 2013; THEODORO et al., 2008; PENSSAN, 2022).

Conclui-se que a materialização do direito à Segurança Alimentar exige rupturas estruturais, não apenas migalhas orçamentárias (DELGADO, 2005). Isso pressupõe ampla reforma agrária, fomento à agroecologia camponesa, taxaço do grande capital e revogaço de marcos fiscais neoliberais (WACHEKOWSKI et al., 2021; VALADARES, 2022). O debate sobre a fome extrapola a nutriço biológica; trata-se de um embate civilizatório pela superaço de um modo de produço que necessita do empobrecimento em massa para garantir seus lucros estratosféricos (VASCONCELOS, 2008; MARX, 2013; CASTRO, 1984).

Referências

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

DELGADO, Guilherme Costa. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**. In: Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: Ipea, 2005.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo**. Roma: FAO, 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PENSSAN, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

STOPPELLI, Illona Maria de Brito Sá; MAGALHÃES, Cláudio Picanço. **Saúde e segurança alimentar: a questão dos agrotóxicos**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 10, p. 597-608, 2005.

THEODORO, Mário (org.); JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael; SOARES, Sergei. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição / Mário Theodoro (org.), Luciana Jaccoud, Rafael Osório, Sergei Soares**. – Brasília: Ipea, 2008.

VALADARES, Alexandre Arbex. **Perfil da população rural na pesquisa de orçamentos familiares de 2017 a 2018 e a evolução dos dados de insegurança alimentar: uma análise preliminar**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11041>. VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, 2008.

WACHEKOWSKI, Giovana et al. **Agrotóxicos, revolução verde e seus impactos na sociedade: revisão narrativa de literatura**. Salão do Conhecimento, v. 7, n. 7, 2021.